

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

SANDRA MARQUES DA ROSA

**UMA PROPOSTA PARA ELABORAÇÃO DE UM CALENDÁRIO RURAL
ALTERNATIVO PARA AS ESCOLAS NUCLEADAS DE DOM PEDRITO.**

**Dom Pedrito
2018**

SANDRA MARQUES DA ROSA

**UMA PROPOSTA PARA ELABORAÇÃO DE UM CALENDÁRIO RURAL
ALTERNATIVO PARA AS ESCOLAS NUCLEADAS DE DOM PEDRITO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação do Campo – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Educadores do Campo aptos para docência em Ciências da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental e de Química, Física e Biologia no Ensino Médio.

Orientador: Prof. Dr. Algacir José Rigon e
Profa. Dra. Maritza de Moraes

**Dom Pedrito
2018**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

RR788p ROSA, Sandra Marques da
Uma proposta para elaboração de um calendário rural alternativo para as escolas nucleadas de Dom Pedrito / Sandra Marques da Rosa. 46 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)--
Universidade Federal do Pampa, Licenciatura em
Educação do Campo, 2018.

"Orientação: Algacir José Rigon".

1. Calendário escolar. 2. Dias letivos. 3.
Recuperação. 4. Educação do campo..

SANDRA MARQUES DA ROSA

**UMA PROPOSTA PARA ELABORAÇÃO DE UM CALENDÁRIO RURAL
ALTERNATIVO PARA AS ESCOLAS NUCLEADAS DE DOM PEDRITO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação do Campo – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Educadores do Campo aptos para docência em Ciências da Natureza nos anos finais do Ensino Fundamental e de Química, Física e Biologia no Ensino Médio.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 26 de junho de 2018

Banca examinadora:

Prof. Dr. Algacir José Rigon
Orientador
UNIPAMPA – *Campus Dom Pedrito*

Profa. Dra. Ana Carolina de Oliveira Salgueiro de Moura
UNIPAMPA – *Campus Dom Pedrito*

Prof. Dra. Annie Mehes Madonato Brito
UNIPAMPA – *Campus Dom Pedrito*

Dedico este trabalho a todos que contribuíram para a minha formação acadêmica, em especial a Deus, familiares, amigos, colegas e professores.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Algacir Jose Rigon e à Prof^a. Dra. Maritza Costa Moraes, por me auxiliarem na construção deste trabalho de conclusão de curso, incentivando, apoiando e ajudando sempre que possível.

Aos professores, pois me deram o embasamento necessário para que este trabalho fosse feito.

A todos os colegas de curso, em especial ao grupo de trabalhos formadas por nós acadêmicas, sendo estas pessoas que me auxiliaram em vários momentos.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Paulo Freire

RESUMO

Atualmente, existe uma dificuldade de cumprimento dos dias letivos nas escolas do campo. Uma das causas para esse problema pode residir na incoerência entre o calendário escolar e a realidade das escolas do campo do município de Dom Pedrito, em especial as nucleadas, pois não acontece o transporte de alunos nos dias chuvosos, devido ao transporte escolar não trafegar nesses dias e este calendário, é o mesmo do meio urbano. Vivencio esta realidade, pois a mais de vinte anos trabalho em escolas rurais e aponto que este deve ser diferenciado, pois, no campo, devido aos vários problemas enfrentados, como por exemplo, estradas em péssimas condições, causadas pelas condições climáticas, ocasionando assim ausência dos alunos nas aulas, há dificuldade de cumprir o número de dias e horas letivos, sendo que estes são fiscalizados pelo Ministério Público a cada final de ano letivo. A partir dessa realidade sente-se a necessidade de pesquisar como é feito e a possibilidade da elaboração de um calendário escolar rural alternativo que venha ao encontro das necessidades dos sujeitos do campo. A metodologia utilizada foram estudos bibliográficos, entrevistas com a secretária adjunta da educação do município, com pais ou responsáveis pelos alunos do campo e professoras que atuam nessa área, sobre o assunto em estudo. Este trabalho tem a finalidade de propor uma alternativa de calendário pela dificuldade de se cumprir dos dias letivos, bem como sua natureza político-pedagógica e as dificuldades de se estabelecer coerência com o campo, atendendo suas especificidades e adequá-lo ao modo de viver, pensar e produzir das populações identificadas com o campo.

Palavras-chave: Calendário escolar; dias letivos; Recuperação; educação do campo.

ABSTRACT

Currently, there is a difficulty in fulfilling school days in the rural schools. One of the causes for this problem may lie in the inconsistency between the school calendar and the reality of schools in the Dom Pedrito municipality, especially nucleated schools, since students are not transported on rainy days because school transportation does not travel there days and this calendar, is the same of the urban environment. I live this reality, since I have been working in rural schools for more than 20 years and I point out that this must be differentiated because, in the field, due to the various problems faced, for example, roads in very bad conditions, caused by the climatic conditions, thus causing absence of students in class, it is difficult to meet the number of school days and hours, and these are supervised by the Public Prosecutor's Office at each end of the school year. From this reality one feels the need to research how it is done and the possibility of the elaboration of an alternative rural school calendar that meets the needs of the subjects of the field. The methodology used was bibliographic studies, interviews with the assistant secretary of education of the municipality, with parents or responsible for the students of the field and teachers who work in this area, on the subject under study. This work has the purpose of proposing an alternative calendar because of the difficulty of meeting the school days, as well as its political-pedagogical nature and the difficulties of establishing coherence with the field, attending to its specificities and adapting it to the way of living, think and produce of the populations identified with the field.

Keywords: School calendar; school days; field education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNE – Conselho Nacional de Educação

Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

LBD – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

SEC – Secretaria de Educação e Cultura

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2. CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1 Sobre a Educação Escolar no Campo	15
2.2- Histórico da Educação do Campo	18
2.3 Um breve comentário sobre o surgimento da Educação do Campo	20
2.4 Um projeto de educação para as Escolas do Campo	22
2.5- Educação Rural nas Constituições Estaduais Brasileiras	26
3. METODOLOGIA	29
3.1. Classificação da pesquisa	29
3.2-Coleta de Dados	30
4. PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	31
4.1- Análise da entrevista feita com a secretária adjunta da Secretaria de Educação do Município de Dom Pedrito	31
4.2- Análise das entrevistas com as professoras atuantes nas escolas e pais de alunos matriculados no campo	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERENCIAS	43
ANEXOS	45

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como proposta despertar o interesse na elaboração de um calendário do campo alternativo, visto que no município de Dom Pedrito não o possui, sendo o mesmo do meio urbano, devendo ser diferenciado, em especial as escolas nucleadas, pois nestas os alunos não são transportados nos dias chuvosos, ficando sem aulas por dias ou até semanas.

Sabe-se que pelas várias dificuldades enfrentadas no meio rural, as condições climáticas e estradas em péssimas condições, acarretam a falta de aulas, impedindo o cumprimento dos dias letivos, pois professores e estudantes ficam impedidos de chegarem até as escolas. Vivencio esta dificuldade há mais de vinte anos, como professora do campo e atuar a sete anos nessa escola utilizada para estudo.

Sendo esta localizada a oito quilômetros da sede do município, atendendo uma clientela de mais ou menos vinte alunos oriundos de localidades distantes, percorrendo mais de sessenta quilômetros até chegarem a escola, contando com quatro professoras. Não havendo merendeira, nem servente na escola, sendo que as professoras além de ministrarem as aulas, tem também esses afazeres, visto que, três delas atuam no turno da tarde em escolas do meio urbano, o que dificulta o cumprimento dos dias letivos.

Os dias letivos devem ser recuperados, muitas vezes, com aulas em turno integral (manhã e tarde) causando nos alunos e professor extremo cansaço, pois os alunos percorrem mais de sessenta quilômetros até chegar a escola, saindo de suas casas às quatro e meia, cinco horas da manhã e chegando na escola em torno de sete horas.

Os alunos são itinerantes, assim como estão na escola, já saem para outras localidades, conta com alunos até uruguaiois, da cidade de Agudo, de Paraíso do Sul e outros. Atende alunos do primeiro ao quinto ano. A maioria destes, são filhos de pais que trabalham em lavouras de arroz e soja, principal economia do município.

Levando em consideração que o Ministério Público fiscaliza a comprovação deste calendário e, portanto, a carga horária deve ser cumprida, sendo que ao final do ano letivo as professoras são chamadas para comprovar como foram

recuperadas as aulas, nas suas respectivas escolas. Nasceu aí, o interesse pela temática.

A partir daí, percebe-se que seria necessário um calendário diferenciado, que vise um ensino-aprendizagem de qualidade para os alunos do campo, visto que, como é implantado não é possível esta qualidade, pois o percurso percorrido pelos alunos serem distantes e as crianças menores chegam a escola e dormem, não aprendem como deveria. Nesse sentido a justificativa do trabalho está pautada na necessidade de haver alguma alternativa para que este calendário seja diferenciado e que atenda às necessidades dos povos do campo.

Percebe-se que as políticas públicas não dão suporte nem incentivo devido às várias dificuldades para a sua implantação. A partir dessas dificuldades, investiga-se, nesse estudo, como seria possível a sua viabilidade, principalmente nas escolas nucleadas, pois nessas à maioria dos professores trabalham a tarde, ficando difícil o cumprimento dos dias letivos. Esta dificuldade pode estar relacionada à falta de um calendário específico para o campo e um transporte adequado para tal, visto que as estradas de acesso às escolas não possuem condições de trafegabilidade em dias de chuva.

Dom Pedrito é um município que apresenta um clima quente e temperado. Existem precipitações maiores nos meses de abril a agosto, onde impossibilita a presença de alunos nas escolas, por alguns dias e até semanas.

Partindo da temática sobre a implantação de um calendário rural específico para as escolas do campo, surgiram os objetivos deste trabalho de conclusão de curso, que são:

- Estimular o interesse de elaboração de um calendário rural alternativo para as escolas do campo, em especial as nucleadas.

E, especificamente, busquei:

- Descrever a realidade das escolas do campo, em especial as nucleadas.
- Verificar e investigar os fatores que influenciam o funcionamento das escolas do campo, bem como a elaboração de um calendário alternativo.

Assim, com base nos objetivos, esse trabalho visa estimular o interesse em viabilizar um calendário alternativo para as escolas do campo do município de Dom Pedrito, pautada numa análise de conteúdo, com entrevistas feitas com a secretária

adjunta da secretaria de educação, pais dos alunos do campo e professoras atuantes nas escolas do mesmo.

Este trabalho está organizado em cinco tópicos: como introdução, em que se apresenta a pesquisa, a temática do trabalho, os objetivos e a justificativa.

No segundo momento apresentam-se os referenciais teóricos que embasaram esta pesquisa, autores que tratam sobre esta temática, que é o calendário escolar.

O terceiro momento, metodologia da pesquisa, descreve os passos realizados e o método de coleta dos resultados obtidos, também como foram analisados os resultados da pesquisa. No quarto momento, analisa os resultados obtidos nos diálogos.

Finalmente, as considerações finais, verificam se os objetivos foram alcançados, as possibilidades de uma implantação, viabilidade de um calendário específico para o campo, bem como mostrar a importância para os sujeitos envolvidos nessa realidade e as vantagens para toda a comunidade inserida nesse meio.

2. CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Sobre a Educação Escolar no Campo

Sabe-se que é obrigação do Estado oferecer educação escolar às crianças que residem no meio rural, no que trata o artigo 28, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996, p.21):

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p. 21).

De acordo com este artigo verifico que o calendário das escolas rurais de Dom Pedrito, deve ser reformulado de acordo com as peculiaridades da região, pois é no meio rural que a educação deve ser valorizada, pois é lá a base econômica de um município, por esse motivo o calendário deve atender as necessidades que demandam do campo.

De acordo com Resolução n.º 342, de 11 abril de 2018 a organização de um calendário escolar deve ser “[...] adequado ao contexto em que a escola estiver inserida, de acordo com as fases do ciclo produtivo, das condições climáticas e das características socioculturais de cada região” (BRASIL, 2018, Art. 4º). Mas o que é o calendário escolar?

É um sistema de divisão de tempo que considera o ano letivo e estabelece os períodos de aula, de recesso e outras identificações julgadas convenientes, tendo em vista o interesse do processo educacional e o disposto no projeto pedagógico. (MENEZES; SANTOS, 2001,p.1)

Cabe ressaltar que, olhando por essa visão é possível elaborar um calendário específico para o campo, desde que haja interesse dos órgãos responsáveis por uma educação de qualidade, como secretárias de educação, professores e pais ou responsáveis pelos alunos do campo, visando atender as necessidades que demandam da área rural.

Destaca-se que é um desafio, pois envolve comprometimento de toda comunidade escolar, estudos, reuniões para que se chegue a um determinante comum entre as partes envolvidas, pois deve-se pensar em alternativas de ajustar à realidade local, de acordo com o período de férias que coincide com a colheita das safras, pois este município tem a base da economia na agricultura, e é de onde demandam a maioria dos alunos das escolas rurais, em que os pais trabalham em lavouras de arroz e soja, muitas vezes oriundos de outras cidades.

Por não haver um calendário específico para o campo, muitas vezes ocorre a evasão escolar, visto que não há um ensino continuado e não atende as necessidades dos sujeitos do campo, causando também o fechamento de algumas escolas pela falta de clientela.

Com base nessas dificuldades encontradas é que, enquanto acadêmica do curso de Educação do Campo e pesquisadora, resolvi pesquisar, investigar e elaborar este projeto de conclusão de curso, a fim de que se consiga lutar por um ensino de qualidade, com um calendário adequado, pois o curso vem ao encontro das lutas pelos sujeitos do campo, que busque beneficiá-los, resgatando suas identidades e que esteja de acordo com os interesses socioculturais, econômicos da população que reside no campo.

A pesquisa baseou-se em fontes bibliográficas e entrevistas, cujos dados obtidos passaram por uma análise de conteúdo, que segundo Bardin (2009, p.38):

A análise de conteúdo é uma análise das comunicações que irá analisar o que é dito nas diálogos ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos. O caminho percorrido pela análise de conteúdo, ao longo dos anos, perpassa diversas fontes de dados, como: notícias de jornais, discursos políticos, cartas, anúncios publicitários, relatórios oficiais, diálogos, vídeos, filmes, fotografias, revistas, relatos autobiográficos, entre outros". (BARDIN, 2009, p.38).

Este projeto teve como método de estudo a análise de conteúdo, que implica em explicitar as atividades desenvolvidas, fazendo uma relação entre se obter um calendário rural alternativo para o município de Dom Pedrito, unificando teoria e prática, nas proposituras resultantes deste estudo.

O projeto foi baseado em referenciais teóricos como: Caldart (2004), Soares (2000), Menezes,;Santos (2001), Arroyo; Fernandes(1999) e Santos (2012), estes que são relacionados à educação do campo, que deram base para mim, como

pesquisadora do curso de Educação do Campo realizar minhas pesquisas e escritos sobre o tema em estudo.

No primeiro momento dirige-se a Secretaria de Educação para uma entrevista com a secretária adjunta da secretária de educação, que respondeu às perguntas sobre o calendário escolar; também me utilizei de respostas de colegas professoras que atuam nas escolas do campo e pais de alunos, visto que estes sabem das dificuldades enfrentadas em cumprir com os dias letivos previstos em lei. As entrevistas foram feitas numa reunião de início de ano letivo na escola.

Com esses dados, reflete-se sobre a necessidade de reformulação do calendário escolar do município de Dom Pedrito, desde que haja interesse e priorizem a educação no campo, que os povos ali residentes sintam-se valorizados.

A LDB (BRASIL, 1996) prevê a possibilidade de ampliação dos dias e horas de aula de acordo com as possibilidades e necessidades das escolas e do sistema. Na oferta de educação básica para a população rural, por exemplo, os sistemas de ensino deveriam adequar o calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas.

Com essa intenção, é que verifico a necessidade do calendário alternativo, pois a lei está aí, temos um suporte legal para essa implantação, só precisa de parcerias adequadas e comprometidas nessas mudanças.

Para tanto, este estudo foi estruturado em fontes bibliográficas e entrevistas para investigar sobre o calendário escolar rural pautado na análise de conteúdo, objeto deste estudo, onde me utilizei das respostas, para analisar a intenção dos entrevistados em elaborar um calendário alternativo para o campo.

Um calendário em regime de alternância seria o mais viável, pois seria o único que contemplaria toda a clientela escolar, como estudantes, professores e comunidade escolar envolvida no processo educativo.

Como afirma Araújo (2007, p.63):

Em relação a Pedagogia da Alternância, ficou evidenciada a valorização que lhe é atribuída, pois ela permite aos jovens que moram no campo combinar a formação escolar com as atividades desenvolvidas na propriedade familiar, sem se desligarem da família e da cultura do campo. A alternância entre o meio escolar assegura ao estudante a formação teórica e prática, o fazer e o pensar, ação-reflexão-ação. (ARAÚJO, 2007, p.63)

Pensar um calendário alternativo pautado no regime de alternância, com práticas educativas que busque o interesse dos estudantes, fazendo a integração

escola, família e comunidade, seria o mais plausível para as escolas do campo, em especial as nucleadas, pois estas precisam de transporte, e este não transita em dias chuvosos, até mesmo pela segurança dos usuários.

2.2- Histórico da Educação do Campo

Segundo a resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, a Educação do Campo compreende a Educação Básica em todas as modalidades de ensino, desde a educação infantil até a educação profissional técnica de nível médio, destinadas as populações rurais em suas mais variadas formas de produção de vida – agricultores familiares, assentados e outros (BRASIL,2008).

Desse modo, é indispensável um planejamento para essas escolas, que vai do transporte, formação de professores e um calendário específico que seja adequado a essa clientela, respeitando as diferenças, com docentes engajados a cumprir o papel de mediador do processo de ensino-aprendizagem, voltado as necessidades dos estudantes do campo, buscando sempre uma educação de qualidade e significativa. De acordo com Soares (2000,p. 191):

A escola é a principal agente na formação de intelectuais. Nesse sentido, ao instaurar a luta por escola, por formação adequada aos povos do campo, os movimentos reivindicam o direito de formar seus sujeitos, os novos intelectuais das classes subalternas. [...] a escola é a principal agência, na sociedade civil, de formação de intelectuais. De modo especial, preocupa-se a preparação de intelectuais de novo tipo, organicamente ligados às classes subalternas (SOARES, 2000, p.191).

Para a autora a escola é a principal mediadora para formação de alunos críticos e pode incentivá-los a lutarem por seus direitos, diante de uma sociedade.

Segundo o decreto nº7.352, de 4 de novembro de 2010, escola do campo é aquela situada em área rural ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a população do campo, e que as populações do campo são os pecuaristas agricultores, familiares, assentados e outros.(BRASIL, 2010).

De acordo com esse decreto, as escolas do campo devem ter uma diferenciação em todos os aspectos, pois se trata de uma realidade contrária ao meio urbano. Mesmo sabendo que hoje em dia, estão mais próximas.

Deveria haver uma parceria, uma colaboração entre secretarias, escolas, professores e pais, contemplando de forma satisfatória os alunos, ofertando um calendário adequado, com elaboração de um projeto político pedagógico específico estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação.

É necessário um calendário que valorize a identidade e qualifique para que haja permanência dos sujeitos do campo, ou seja, um calendário em regime de alternância, criando mecanismos que possibilitem uma qualidade de vida e modos de trabalho que garantam o sustento da família. Segundo pontua Caldart (2004, p. 110):

Uma escola do campo não é afinal, um tipo diferente de escola, mas sim a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas. Sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. (CALDART,2004, p.110).

A autora relata que a escola do campo deve valorizar a realidade dos sujeitos que ali residem, levando-os a despertar o senso crítico e o prazer de residirem naquela localidade, com saberes significativos e de acordo com suas necessidades e interesses.

É um direito de todos uma educação de qualidade, verifica-se que está não é direcionada as escolas do campo, pois os sujeitos que ali residem não possuem uma educação de acordo com sua realidade, pois o ensino é de baixa qualidade, não possuindo um calendário específico.

O ensino na escola do campo não é de qualidade, pois os conteúdos a serem desenvolvidos anualmente geralmente não são todos apresentados aos alunos, pela falta de aulas, somente os mais relevantes e considerados básicos para os alunos, sendo planejados e desenvolvidos pelo professor.

O calendário rural do município de Dom Pedrito é o mesmo do meio urbano, difíceis de serem cumpridos os duzentos dias letivos previstos em lei, pois no campo as aulas não têm uma continuidade como no meio urbano, pois quando há períodos de chuva não acontecem aulas, devendo ser recuperadas de maneira mais adequada, tanto para professores, quanto para alunos.

O ensino deveria atender as reais necessidades desses alunos e que estes tivessem um calendário diferenciado, como em regime de alternância, atendendo as necessidades e interesses da comunidade, buscando parceria das secretarias de

educação para que se encontre uma forma adequada para cumprimento dos dias letivos e que fique satisfatório para os alunos, pais e professores. Para Caldart (2004, p. 67-68):

É necessário buscar desenvolver uma perspectiva de mudança no que diz respeito as escolas do campo, porém está surgindo em algumas Universidades, análises, estudos, ou seja, a Educação do Campo, buscando identificar as contradições nos planos, que terão que ter identificação com as escolas do campo. Isto é muito importante para que a escola do campo se fortaleça, com políticas públicas que atinjam as necessidades destas, defendendo seus direitos, pois a Educação do Campo surgiu pelas lutas dos movimentos sociais pelo direito à educação no que diz respeito a luta pela terra, pelo trabalho, igualdade social, por condições de vida digna dos sujeitos do campo.(CALDART,2004, 67-68)

De acordo com a citação a Educação do Campo é um curso que vem incentivar as lutas por políticas públicas para que o ensino se fortaleça no campo, à partir de estudos, análise, buscando a identificação dos sujeitos residentes no campo.

2.3 Um breve comentário sobre o surgimento da Educação do Campo

Surgiu no momento em que os povos do campo resolveram lutar por uma educação de qualidade, relacionadas às lutas sociais, também pela terra, das famílias trabalhadoras do campo.

Sendo assim, a Educação do Campo tem vínculo com os trabalhadores pobres do campo, trabalhadores sem terra, e por vezes sem trabalho. Estas pessoas resolveram lutar por seus direitos, uma educação de qualidade para seus filhos, a fim de que eles adquiram uma vida digna e que possam trabalhar na localidade em que escolheram para trabalhar e viver.

A educação do campo começou a fazer parte de discussões a partir da década de 1990, mais precisamente 1998, quando aconteceu a I Conferencia Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia (GO). Este evento fortaleceu o conceito de Educação do Campo, em que defendeu os direitos dos povos do campo e as políticas públicas de educação, para garantir uma educação de qualidade, respeitando o conhecimento, a cultura, os saberes e o modo de produção desse povo, associadas aos parâmetros da LDB. (CALDART, 2000).

Passados aproximadamente dez anos da Conferência de Luziânia, os movimentos sociais ainda lutam para que os sistemas de ensino adotem um currículo adequado para as escolas do campo, bem como um calendário rural específico, que atenda as necessidades dos povos do campo, para que estes permaneçam lá, com incentivos, sentindo-se valorizados e que queiram permanecer na localidade, sentindo prazer e vontade de ficar, criando um espaço de vida que contemple um desenvolvimento pessoal, de sustentabilidade, respeitando suas diferenças históricas e culturais. (CALDART, 2000).

No documento final da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, os Movimentos Sociais estabeleceram dez compromissos e desafios:

1-Vincular as práticas de educação básica do campo com o processo de construção de um projeto popular de desenvolvimento. 2- Propor e viver novos valores culturais. 3- Valorizar as culturas do campo. 4- fazer mobilizações em vistas da conquista de políticas públicas pelo direito a educação básica do campo; 5-lutar para que todo o povo tenha acesso à alfabetização, 6- formar educadores e educadoras do campo, 7- produzir uma proposta de educação básica do campo, 8- envolver as comunidades nesse processo, 9- acreditar na nossa capacidade de construir o novo, 10- implementar as propostas de ação dessa conferência. (KOLLING, NERY, MOLINA, 1999, p.92-94).

De acordo com esse documento, um professor que trabalha numa escola do campo deve ser um constante incentivador da Educação do Campo.

Um professor que lute por políticas públicas e que torne a escola e a educação diferente das que existem na realidade, tratadas com descaso, onde os sujeitos que ali residem sentem-se muitas vezes desvalorizados, não sendo tratados como sujeitos formadores de uma sociedade, mas sim como pessoas com pouca cultura, esta que sabemos que é riquíssima e que deve ser valorizada.

Fernandes *et al.* (2004) afirmam que a utilização da expressão campo foi adotada em função da reflexão e aprofundamento sobre a definição de campo como:

[...] lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem da terra. O campo é espaço e território dos camponeses e quilombolas[...]. (FERNANDES et al., 2004, p.137).

Nesta citação, nota-se que o campo é um lugar onde está a economia de um município, é lá que a agricultura e a pecuária se desenvolvem, mas que não é só isso, deve-se ser um lugar onde os sujeitos residentes ali sintam valorizados, com

um ensino de qualidade voltado aos interesses dos mesmos. Campo é lugar de pessoas, de vida.

2.4 Um projeto de educação para as Escolas do Campo

O calendário escolar rural do município de Dom Pedrito demanda de uma série de situações adversas para sua implantação, em especial as escolas nucleadas, que necessitam também de um transporte adequado, como um ônibus específico para o campo.

Sabe-se que existem políticas públicas para obtenção desses veículos, para que haja o transporte dos alunos até as escolas mesmo nos dias chuvosos, pois as estradas não possuem condições de trafegabilidade nesses dias, ocasionando a falta de aulas nos educandários. Conforme Caldart (2003, p. 60):

Não há como realizar um projeto popular de desenvolvimento do campo sem um projeto de educação, e sem expandir radicalmente a escolarização para todos os povos do campo. E a escola pode ser um agente muito importante de formação da consciência das pessoas para a própria necessidade de sua mobilização e organização para lutar por um projeto deste tipo. (CALDART, 2003. p. 60).

Por esse lado, todos os professores que atuam numa escola do campo, devem ter em mente que está realidade deve ser mudada, lutando por um calendário que adequado as realidades dos mesmos, em regime de alternância, para que estes alunos que ali estudam não se sintam desvalorizados, mas sim que gostem de estar na escola, estudando, brincando, aprendendo.

Uma escola com um ensino de qualidade, voltado as suas expectativas, como, calendário específico e currículo pautado nas vivências, que percebam que o campo é um lugar de progresso e que a economia do município vem dali, mas para que isso aconteça deve haver parcerias engajadas nessa proposta de mudança em lutar por uma educação voltada aos interesses dos povos do campo, pois eles são considerados os excluídos.

De acordo com Caldart (2004) verifica-se uma triste situação, em que a elite brasileira acredita que os sujeitos do campo, não precisam saber muito, aprender muito, estudar muito...

Devemos acabar com esta triste situação, pois o desenvolvimento de uma cidade também depende dali, da produção que é desenvolvida no campo.

A escola atual do campo deve ser um lugar onde se cultive o hábito, a disciplina e o jeito de estudar, mas com professores engajados e eficientes em mudar esta realidade, fazendo com que seus alunos desenvolvam o senso de transformação dessa sociedade, sendo um sujeito reflexivo e consciente, que possui experiências que devem ser valorizadas

Segundo Arroyo e Fernandes (1999, p. 10):

A política educacional brasileira ignora a necessidade de um projeto específico para escola rural. Não uma escola no campo ou para o campo, nem uma escola da cidade no campo, com a cultura, os valores, a luta do campo. Não se aceita levar as crianças e os jovens para a cidade, para um contexto que não é o deles. Não se trata também de algum modelo importado mas de um modelo específico que vincule a educação as questões sociais inerentes à cultura e a luta do campo.(ARROYO; FERNANDES, 1999, p.10).

As palavras de Arroyo e Fernandes refletem que o Estado brasileiro não tem interesse em formar os sujeitos do campo, pois eles tendo pouco estudo, a classe dominante exerce sobre eles o poder, sendo assim estes têm a força do trabalho e mão de obra barata.

Para Arroyo e Fernandes (1999) a educação para os povos do campo é considerada precária, pois a escola não tem um currículo adequado que contemple as reais necessidades do campo, também não possuem um calendário que venha ao encontro aos interesses desses povos.

Uma das causas da problemática do cumprimento dos dias letivos está vinculada a ausência de estradas apropriadas para que esses alunos e professores cheguem até as escolas, colocando em risco a vida dos mesmos e também o cumprimento dos dias letivos, regidos por lei, que são 200 dias.

Sendo assim, professores e alunos enfrentam dificuldades para recuperação dos dias letivos, pois precisam de esforço redobrado. Muitas vezes, por morarem em localidades distantes, têm que acordar cedo para ir à escola ou ficar em turno integral sem poder voltar para casa durante o meio-dia.

A partir dessa realidade não terá um ensino de qualidade, somente para cumprir os dias letivos, não levando em conta o aprendizado dos alunos. Por esse motivo é necessário um calendário rural alternativo.

Não é fácil, mas devem-se buscar alternativas para que os sujeitos do campo tenham um ensino de qualidade centrado em suas necessidades e aspirações, como por exemplo, um calendário em regime de alternância, onde os estudantes teriam aulas presenciais com o professor e em dias de chuva projetos desenvolvidos juntamente com a família e comunidade.

De forma geral, professores, pais, alunos e secretarias de educação devem lutar pelos direitos dos sujeitos do campo, pois estes merecem uma vida digna, igualitária, eles trazem história e contribuem para a vida econômica de seu município. É do campo que vem os alimentos necessários à alimentação da sociedade em geral.

Uma das propostas da Educação do Campo é valorizar as pessoas, respeitar suas diversidades, seus direitos, e que estes tenham orgulho de sua situação, de sujeitos do campo, seguros dos direitos pelos quais lutam.

O Manifesto dos Educadores da Reforma Agrária ao povo Brasileiro (MST, 1997), diz que no Brasil, chegamos a uma encruzilhada histórica. De um lado está o projeto neoliberal, que destrói a Nação e aumenta a exclusão social. De outro lado, há a possibilidade de uma rebeldia organizada e da construção de um novo projeto. Como parte da classe trabalhadora de nosso país, precisamos tomar uma posição. Por essa razão, eles manifestam-se de tal forma que:

- Consideram acabar com o analfabetismo, além de ser um dever do Estado, é uma questão de honra. Por isso se comprometem com esse trabalho.

- Exigem, como trabalhadores e trabalhadoras da educação, respeito, valorização profissional e condições dignas de trabalho e de formação. Queremos o direito de pensar e de participar das decisões sobre a política educacional.

- Querem uma escola que se deixe ocupar pelas questões de nosso tempo, que ajude no fortalecimento das lutas sociais e na solução dos problemas concretos de cada comunidade e do país.

- Defendem uma pedagogia que se preocupe com todas as dimensões da pessoa humana e que crie um ambiente educativo do trabalho, da cultura e da história de nosso povo.

- Acreditam numa escola que desperta os sonhos de nossa juventude, que cultive a solidariedade, a esperança, o desejo de aprender e ensinar sempre e de transformar o mundo.(MST, 1997).

Esse Manifesto dos Educadores da Reforma Agrária (MST, 1997), diz que precisamos ter professores engajados em lutar por soluções de problemas enfrentados nas escolas do campo, como por exemplo, o calendário escolar alternativo para estas escolas, contemplando o interesse da comunidade.

O artigo 6º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002) assegura que enquanto direito a escola precisa estar onde os sujeitos estão ao instituir o regime de colaboração entre os entes federados na oferta de educação aos povos do campo:

O poder público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao ensino Médio e a Educação Profissional de Nível Técnico. (BRASIL, 2002, art. 6º).

A concepção de escola do campo não se limita ao espaço geográfico, ela está vinculada à realidade dos sujeitos, no que se refere, principalmente, aos elementos socioculturais que desenham os modos de vida desses sujeitos. Para Afonso (2014, p. 13):

Construir uma educação do campo significa pensar numa escola sustentada no enriquecimento das experiências de vida, obviamente não em nome de permanência, nem de redução dessas experiências, mas em nome de uma reconstrução dos modos de vida, pautada na ética da valorização humana e do respeito à diferença. Uma escola que proporcione aos seus alunos e alunas condições de optarem, como cidadãos e cidadãs, sobre o lugar onde desejam viver. Isso significa, em última análise, inverter a lógica de que apenas se estuda para sair do campo. (AFONSO, 2014, p.12).

A escola do campo deve ser de qualidade, que valorize os povos existentes ali e que para isso exista um calendário escolar adequado para que o ensino aprendizagem seja significativo para eles, resgatando sua cultura.

Registra-se, ainda nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), a possibilidade de elaboração de:

Propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso do avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas. (BRASIL, 2002, art. 13, II).

De acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), as secretarias de educação, juntamente com professores e comunidade escolar interessada, devem pensar práticas, alternativas para melhoramento do ensino-aprendizagem dos alunos do campo. Um ensino que contemple os saberes dos povos ali existentes, bem como um calendário rural adequado.

Segundo Santos (2012, p. 38), a Educação do Campo traz em sua gênese três desafios:

[...] primeiro deles é assegurar o direito ao acesso dos camponeses ao conhecimento, como instrumento político fundamental para a ruptura da sua história condição de subordinação frente ao capital. O segundo desafio diz respeito ao direito à diferença. Que os novos sujeitos [...] sejam reconhecidos pelas suas práticas e pelo acúmulo de conhecimentos construído. [...] O terceiro desafio é trabalhar um novo projeto que, no campo da elaboração e da disseminação do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, rompa com o paradigma hegemônico do capital na educação. (SANTOS, 2009, p. 38).

Para Santos (2012) suas palavras querem dizer que os sujeitos do campo devem ter acesso à educação, esta vinculada aos seus interesses e peculiaridades.

Uma educação que atenda às necessidades desses sujeitos e que os mesmos, tenham acesso as escolas, para que o ensino-aprendizagem seja promissor, também uma alternativa de calendário específico para que sejam cumpridos os duzentos dias letivos, previstos em lei, adequando as suas possibilidades e também que seus conhecimentos sejam valorizados.

2.5- Educação Rural nas Constituições Estaduais Brasileiras

A Educação do Campo torna-se imprescindível para que professores lutem por direitos que atendam às necessidades dos sujeitos do campo.

O curso forma professores para atuarem em escolas do campo, buscando valorizar os sujeitos residentes ali, conscientes dos seus direitos, também temos outros elementos fundamentais da Educação do Campo, legalmente definidos nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002):

I) A identidade da escola do campo. Artigo 2- A escola do campo precisa estar inserida na realidade do meio rural, nos saberes da comunidade e nos movimentos sociais.

II) A organização Curricular (o que e como ensinar na escola). Artigo 4 e 5, destacam-se os seguintes elementos: os temas a serem trabalhados devem ser ligados ao mundo do trabalho e ao desenvolvimento do campo, a metodologia também deve ser adequada à realidade do campo, resgatando os materiais disponíveis no meio ambiente. Essa metodologia resgata a riqueza das experiências, os diferentes procedimentos de ensino, os vários recursos didáticos e os diversos espaços de aprendizagem.

III) Responsabilidade do Poder Público com relação a oferta educacional e a regulamentação das diretrizes. Artigos 3, 6 e 7. O sistema municipal deverá ofertar educação infantil e ensino fundamental nas comunidades rurais, povoados ou na sede do município.

IV) Organização das escolas. Artigo 7, Parágrafo 1º e 2º. A escola pode organizar as turmas de diferentes maneiras (Classe multisseriada, ciclo, alternância ou séries) e o calendário da escola do campo pode ser organizado de acordo com a realidade de cada local, desde que não prejudique os alunos na quantidade dos dias letivos.

V) Gestão da Escola. Artigos 10 e 11. As famílias, os movimentos sociais têm direito assegurado de participar da discussão do funcionamento da escola, na proposta pedagógica e nas discussões do uso dos recursos financeiros e sua aplicação. Esta participação pode acontecer várias espaços, como Conselho Municipal de Educação, Conselho Escolar, Comitês de Gestão (Caixa escolar, merenda, Fundef), nas Conferências de Educação e ainda de outras formas, como: movimentos e sindicatos participem na elaboração do Plano Municipal e Estadual de Educação.

VI) Formação de Professores: Artigos 11, 12 e 13. O sistema de ensino municipal ou estadual deverá garantir a formação do professorado que ainda não tem curso normal (magistério) e superior e que os cursos de formação tenham conhecimentos específicos que contribuam para que os professores possam atuar respeitando a realidade do campo. Garantir a formação continuada em serviço e a titulação do professorado leigo que está em sala de aula (BRASIL, 1996).

O artigo 28 da LDB (BRASIL, 1996) é muito importante, este trata da oferta da educação básica para a população rural, que deve haver adaptações necessárias, as peculiaridades da vida rural.

Muitas vezes isso não acontece, pois o currículo e o calendário são o mesmo da zona urbana, não havendo distinção, pois os alunos que estudam no meio rural, logo após, terminarem seus estudos no seu meio, partem para o meio urbano, para finalizarem seus estudos.

Por esse motivo o currículo e o calendário serem igualitários, tanto para o meio urbano, quanto para rural, não apresentando nenhuma significação para os sujeitos do campo, bem como não atendendo suas peculiaridades, pois em períodos de chuva esses alunos não comparecem as aulas, pelo simples fato de que as estradas não apresentarem condições de trafegabilidade, prejudicando assim o ensino-aprendizagem dos alunos do meio rural.

Também é relatado nas Diretrizes para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), que o ensino deve ser referente à realidade dos sujeitos ali inseridos, com temas significativos a sua realidade, ligados ao mundo do trabalho e ao desenvolvimento do campo, utilizando os materiais existentes ali na localidade com experiências dos alunos.

Os educadores do curso de Educação do Campo vêm aí para mudar essa realidade de campo atrasado, e sim, tornar o campo um lugar para viver, trabalhar, estudar e de crescimento intelectual e profissional, voltados para seus interesses.

Um calendário em regime de alternância seria o mais plausível para as escolas do campo, os estudantes teriam aulas na escola em dias secos e em dias chuvosos, teriam projetos a serem desenvolvidos na família e comunidade, com temas envolvendo as características do lugar onde reside, explorando, por exemplo, água, lixo, agrotóxicos, animais e plantas da região e outros tantos a serem explorados, aliando a teoria a prática.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo o método da pesquisa, os objetivos e procedimentos utilizados para chegar ao resultado. Também os sujeitos e os resultados da pesquisa e análise dos dados coletados.

3.1. Classificação da pesquisa

A pesquisa realizada foi classificada como qualitativa, que segundo Gil (2002, p. 17), pesquisa é definida como um “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação e discussão dos resultados.

Esta pesquisa realizada visa compreender a não realização de um calendário específico para o campo, buscando pesquisar os sujeitos envolvidos nesta realidade, para analisar o tema, objeto deste estudo.

Usou-se um termo de consentimento e livre e esclarecido (TCLE) onde a secretária adjunta da secretaria de educação, professoras e pais ou responsáveis das escolas do campo assinaram.

Para realização desse projeto de pesquisa foi utilizado à pesquisa bibliográfica, utilizou-se artigos científicos, leis e livros .Segundo Severino (2007, p. 122):

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados.(SEVERINO,2007, p.122).

Também foi feita uma entrevista (anexo 1) com a vice secretária de educação, em que obteve-se algumas informações sobre o calendário rural. Ela informou que o calendário é elaborado pela equipe diretiva, que verificam os dias letivos e são distribuídos ao longo do ano letivo, não havendo diferenciação entre o urbano e o campo, pois sempre foi assim. Apesar disso, ela demonstrou interesse em

confeccionar um calendário alternativo, pois sente esta necessidade, porém sabe que existem vários entraves para sua elaboração.

Um dos entraves em relação ao calendário para o campo recai em adaptá-lo de acordo com as especificidades de cada localidade, como por exemplo, estradas em péssimas condições que dificultam o transporte dos alunos até as escolas.

3.2-Coleta de Dados

Para realização deste projeto, dirigi-me primeiramente a Secretaria de Educação e Cultura (SEC) para realizar a entrevista com a secretária da educação do município, mas como está sempre muito ocupada, entrevistei a secretária adjunta da educação, que respondeu as seguintes perguntas:

- Como é feito o calendário escolar rural?
- Por quem é elaborado?
- Achas que ele deveria ser mudado? Por quê?
- De acordo com as peculiaridades do campo como deveria ser o calendário escolar para o mesmo?
- Será que é viável um calendário para o campo?

Tais perguntas foram feitas para as professoras atuantes no campo e pais ou responsáveis pelos alunos que frequentam escolas do campo:

- O que achas do calendário escolar que é utilizado atualmente nas escolas do campo?
- Achas que deveria haver um calendário específico para o campo? Por quê?
- Qual a sua sugestão para um calendário específico para o campo?

Os diálogos foram analisadas de maneira qualitativa, classificando em categorias. O método utilizado foi análise de conteúdo, proposta por Bardin (2009).

Os dados foram analisados e verifica-se que sempre houve esse calendário, e que atualmente, a nova administração está em estudos para que essa realidade seja mudada.

4. PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

As entrevistas foram analisadas de maneira qualitativa, no qual, verificou-se as respostas da secretária adjunta da SEC, professoras atuantes no campo e pais de alunos.

Para análise dos dados, embasou-se na análise de conteúdo proposta por Bardin (2009), que consiste em três etapas distintas:

1.passo: pré-análise: realizou-se a leitura flutuante dos diálogos;

2 passo: análise descritiva: organizaram-se as respostas para análise; os sujeitos da pesquisa foram categorizados com caracteres alfanuméricos: os professores com (P1, P2 e P3), os familiares com (F1, F2 e F3) e a secretária com (S1), a letra corresponde ao indicativo da esfera representada e o numeral uma forma de substituir o nome.

Ao realizar o contato com a SEC, a secretária optou por mandar as respostas dessa pesquisa por e-mail, pois decidiu consultar sua equipe para formulação dos questionamentos. O diálogo com as professoras foi realizado nas escolas do campo e, com as mães dos alunos, em uma reunião no início do ano letivo.

Por se tratar de três esferas distintas (secretaria, professores e pais), as respostas foram analisadas em separado.

A comunidade escolar entrevistada quase que unanimemente é a favor de um calendário rural alternativo, pois, melhorará a qualidade do ensino e o interesse dos alunos pela aprendizagem, também a permanência no campo.

4.1- Análise da entrevista feita com a secretária adjunta da Secretaria de Educação do Município de Dom Pedrito

- Pergunta 1: Como é feito o calendário escolar rural?

A intencionalidade dessa pergunta foi verificar como era feito tal calendário, sua elaboração. Sendo que, Ramos, Moreira e Santos (2004, p. 39) abordam:

A educação deve pensar o desenvolvimento levando em conta os aspectos da diversidade, da situação histórica particular de cada comunidade, os recursos disponíveis, as expectativas, os anseios e necessidades dos que vivem no campo. O currículo das escolas do campo precisa se estruturar a

partir de uma lógica de desenvolvimento que privilegie o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção da sua cidadania e inclusão social, colocando os sujeitos do campo de volta ao processo produtivo com justiça, bem-estar social e econômico. (RAMOS; MOREIRA; SANTOS, 2004, p. 39).

O primeiro questionamento feito a secretaria da SEC foi: “*como é feito o calendário Rural do Município de Dom Pedrito?*”. Segundo informações obtidas por e-mail, o calendário é elaborado pela própria secretaria tendo como base a mesma estrutura das Escolas Urbanas. Segue-se a legislação vigente, que prevê que sejam cumpridos 200 dias letivos.

A escola do campo recebe o Calendário da SEC, que deve ser aprovado em reunião com a comunidade escolar. Podem-se realizar adaptações conforme a realidade, desde que, cumpra os 200 dias letivos. Ressalta-se ainda, que as escolas do campo deverão recuperar as aulas não ministradas em dias de chuva.

Ao indagar a secretária se o calendário deveria ser mudado, foi respondido que sim, pois:

[...] da forma como é elaborado, além de não atender a realidade do campo, em virtude das condições climáticas e estradas, não atende também, como deveria, a população rural, suas necessidades e peculiaridades, pois trazem a realidade urbana para o campo (S1).

- Pergunta 2: Por quem é elaborado o calendário escolar?

Esta pergunta foi feita para verificar os sujeitos envolvidos na elaboração do calendário.

O segundo questionamento que seria: Por quem é elaborado o calendário escolar? A mesma já teria respondido na primeira pergunta, que foi pela SEC, mas que cada escola tem autonomia para adequar os dias letivos conforme sua realidade.

- Pergunta 3: Achas que ele deveria ser mudado? Por quê?

Esta pergunta foi feita com o propósito de verificar se havia a intenção de modificá-lo, buscando valorizar as escolas do campo, pois:

A educação recria o campo, porque por meio dela se renovam os valores, atitudes, conhecimentos e práticas de pertença a terra. Ela instiga a recriação da identidade dos sujeitos na luta e em luta como um direito social, porque possibilita a reflexão na práxis da vida e da organização social do campo, buscando entre o campo e cidade, seja nas formas de poder, de gestão das políticas, de produção econômica e de conhecimento. (RAMOS; MOREIRA; SANTOS, 2004, p. 33).

De acordo com sua resposta, verifica-se que a secretaria acredita que sim, pois da forma que é elaborado (calendário) não condiz com o campo devendo atender a realidade do mesmo, sendo que em virtude das condições climáticas e estradas, que são intrafegáveis em dias de chuva, não atende como deveria os estudantes das escolas do campo, em especial as nucleadas.

• Pergunta 4: De acordo com as peculiaridades do campo como deveria ser o calendário para as escolas do campo?

O intento da pergunta seria observar a possibilidade de implantação de um calendário específico para as escolas do campo, pois:

O campo é concebido como um espaço rico e diverso, ao mesmo tempo produto e produtor de cultura. É essa capacidade produtora de cultura que o constitui em espaço de criação do novo e do criativo e não, quando reduzido meramente ao espaço da produção econômica, como o lugar do atraso, da não cultura. O campo é acima de tudo o espaço da cultura (RECK, 2007, p. 23 apud COSTA; PERIPOLLI, 2012)

Ela respondeu que a melhor maneira de atender as necessidades das escolas do campo é uma proposta pedagógica que respeite a realidade do campo em todos os seus aspectos, seguindo a legislação vigente.

Para ela, o calendário deve haver flexibilidade, garantindo nos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem aspectos essenciais como conteúdos relacionados às necessidades dos alunos do campo.

Relatou-se também, que deve ter uma organização escolar própria e um calendário específico, considerando as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas e adequando à natureza do trabalho no campo.

Falou que é fundamental que a identidade dos sujeitos do campo seja respeitada e que sirva para ampliar o conhecimento e as experiências existentes nas comunidades do campo.

A mesma diz que, as práticas pedagógicas pautadas em projetos é que garante aos alunos matriculados no campo e suas famílias sejam reconhecidas e envolvidas no processo educativo.

Falou também que a prática pedagógica deve ser organizada desde que cumpra às 800 horas divididas em 200 dias para fechar o ano letivo, onde cada escola terá seu calendário adaptado a sua realidade.

Ressaltou que, tanto alunos como professores devem ser poupados de percorrerem diariamente percursos extensos, as aulas teriam que ser em períodos alternados, como por exemplo, dois dias com 8 horas e um dia com 4 horas para que não ultrapasse a carga horária semanal, que é de 22 horas para os professores.

• Pergunta 5: Será que é viável um calendário para as escolas do campo?

Esta pergunta foi feita com o intuito de verificar a probabilidade de ter um calendário específico para as escolas do campo, respeitando as peculiaridades locais. De acordo com o Martins (2008, s/p):

Talvez seja esse um primeiro limite a ser transposto pela educação do campo. O entendimento do campo pelos seus sujeitos, o que não se faz desvinculado de uma reconstrução sobre os significados do campo, superando a oposição pejorativa que se estabelece entre campo e cidade. (MARTINS, 2008, s/p).

A mesma relata que com certeza seria viável, necessário e possível de ser implantado e estruturado, já que o mesmo não atende as características do campo.

E para que isso aconteça deve haver professores engajados para organizar a qualidade desejada na educação do campo.

Relatou também que os professores que devem atuar no campo, devem ser exclusivos do mesmo, sendo valorizados e aptos para o desempenho dessa função.

Ressaltou que para que aconteça o calendário alternativo deve haver muito estudo, várias discussões e passar por todos os segmentos que estão direta ou indiretamente ligados ao campo, antes de ser encaminhado para a aprovação do CEE.

4.2- Análise das entrevistas com as professoras atuantes nas escolas e pais de alunos matriculados no campo

As entrevistas foram realizadas com três professoras atuantes numa escola do campo (P1, P2, P3) e pais dos alunos (F1, F2, F3)

Destaca-se que uma das professoras, sugeriu a pedagogia da alternância como uma alternativa para melhoria do calendário escolar do campo. Ela destaca que “[...] se o currículo fosse adaptado somente para o campo, nos dias em que o

aluno não conseguisse chegar até a escola, aplicaria seus conhecimentos em casa através de projetos, dando retorno para a escola”.

Segundo a professora, acredita que a vida no campo também ensina e que estudos à distância devem ser valorizados, desde que acompanhados pelo professor.

O professor deve estar comprometido com o ensino-aprendizagem, visto que, são períodos de aula presenciais e projetos, atividades práticas para serem desenvolvidas na família e na comunidade em que estão inseridos, sendo validados estes estudos.

Nos dias de chuva, os alunos desenvolvem tarefas em casa ou na comunidade, de acordo com os projetos desenvolvidos pelo professor, como por exemplo, temas: erosão do solo, animais da região, água, agrotóxicos utilizados nas lavouras e vários outros.

• Pergunta 1: O que achas do calendário escolar que é utilizado atualmente nas escolas do campo?

A pergunta buscou verificar se as professoras estavam satisfeitas ou insatisfeitas com o calendário utilizado atualmente, suas opiniões.

A intencionalidade da pergunta vem ao encontro com a investigação e fez com que fosse escolhido o tema deste projeto, buscando verificar qual a opinião sobre o calendário rural até hoje implantado pelo município de Dom Pedrito. Pois conforme Souza (2006, p. 867):

A Educação do campo deve contemplar um ensino voltado à realidade de seus alunos, em que o conteúdo curricular e as metodologias de ensino do professor devem ser adequadas às necessidades e interesses dos alunos da zona rural, os quais precisam de um ensino que valorize, dentre outros aspectos, a cultura da criança que vive no campo e seu modo de vida. (SOUZA, 2006, p.867).

• Pergunta 2: Achas que deveria haver um calendário específico para o campo? Por quê?

Esta pergunta busca verificar o sentimento em relação ao calendário que hoje seguido pelas escolas do campo, buscando verificar a satisfação ou a insatisfação com o mesmo.

De acordo com Caldart(2000, p. 73):

As relações sociais constituem os sujeitos que produzem conhecimentos, mas também sentimentos, valores, comportamentos, habilidades, ações cotidianas e ações extraordinárias (...) (CALDART, 2000, p.73)

A resposta da F1, diz que, deveria haver um calendário, pois trabalham na agricultura e a safra tem época específica, não acompanha o calendário escolar, devendo revê-lo para que os mesmos possam realizar suas férias com tranquilidade, juntamente com seus filhos.

Já a F2, acredita que sim, pelos períodos de chuva que acontecem no município, tendo que ser recuperados os dias letivos, fazendo falta um calendário alternativo.

E por fim, a F3, salienta que é necessário um calendário alternativo e um currículo com conteúdos básicos iguais os da área urbana, mas também com aulas direcionadas ao campo.

• Pergunta 3: Qual a sua sugestão para um calendário específico para o campo?

Esta pergunta final busca induzir as professoras a trazer informações, ou seja, sugestões para que haja um novo e específico calendário para as escolas do campo, em especial as nucleadas.

Estas perguntas tiveram a intencionalidade principal de verificar o quanto as pessoas envolvidas com o processo educativo estão satisfeitas ou insatisfeitas com o calendário escolar, possibilitando a escuta e identificação de sugestões.

De acordo com Caldart (2000, p. 72)

Quando os educadores se assumem como trabalhadores do humano, formadores de sujeitos, muito mais do que apenas professores de conteúdos de alguma disciplina, compreendem a importância de discutir sobre suas opções pedagógicas e sobre que ser humano estão ajudando a produzir e a cultivar. (CALDART, 2000, p.72)

A resposta da F1, sobre sugestões para o calendário, disse que, todo o mês de julho teria que ser de férias, para condizer com as mesmas dos pais, que trabalham em lavoura.

A F2, não soube sugerir nada

Finalmente, a F3, somente ressaltou que nas escolas deveriam ter espaços para os alunos plantarem, não sugestionando nada referente ao calendário.

Para a discussão dos dados, busca-se diálogos (questionamentos) que buscam descrever a possibilidade e o interesse da implantação de um calendário alternativo para o campo.

As entrevistas para obtenção das respostas que embasariam este projeto, foram realizadas com a secretária adjunta da SEC, professoras e pais de alunos matriculados no campo.

O calendário escolar das escolas do campo atualmente é o mesmo do meio urbano do município de Dom Pedrito, e sempre foi assim, nos é imposto no início do ano letivo e devendo ser cumprido conforme disponibilidade de professoras e alunos, para cumprirem esses dias.

Existe uma diferenciação entre o campo e o urbano, pois no campo as aulas são interrompidas por situações adversas, como períodos de chuva e no meio urbano isto não acontece, as aulas são contínuas nesse meio.

Dom Pedrito é um município que pela sua localização territorial possui clima seco e temperado, onde acontecem muitas chuvas durante o inverno, prejudicando os dias letivos no campo, com falta de aulas por dias e até semanas, onde os professores e estudantes não conseguem chegar até suas escolas, pelas péssimas condições das estradas.

Ver e pensar uma escola à partir das especificidades, ou seja, das características de cada localidade, onde o ensino seja de acordo com a necessidade da comunidade escolar.

A maioria dos pais dos alunos do município trabalham na agricultura e pecuária e o período das safras não condiz com o período de férias escolares, precisando adequá-los.

Sendo assim, este projeto visa estimular para que haja um calendário específico para as escolas do campo, pois sua adequação trará benefícios para toda a comunidade escolar, visto que, será de acordo aos interesses da escola, pais comunidade e SEC. Desde que esteja dentro das normas regidas pela Constituição Brasileira.

Analisando as respostas dos pais matriculados numa escola do campo, verifica-se a preocupação pelos dias a serem recuperados, pois sentem a necessidade desse cumprimento. Entende-se que os mesmos precisam trabalhar, e o seu ramo de trabalho é o campo, lugar onde está a agricultura e a pecuária,

principal economia do município de Dom Pedrito, visto que também querem um ensino de qualidade para seus filhos. Os dias letivos devem ser cumpridos e os professores juntamente com a SEC devem achar maneiras de cumpri-los, visto que são regulamentados por lei.

Um calendário específico para o campo seria uma alternativa necessária de adaptar aos interesses dos sujeitos envolvidos com o ensino-aprendizagem dos estudantes. Para isso deve haver vários estudos e comprometimento dos professores e SEC, mas que é viável, pois existe a pedagogia da alternância.

Este é um método que estabelece uma relação entre os saberes populares e o saber científico, visto que, aproxima teoria e prática, sendo que, intercala aulas presenciais com o estudante em sala de aula e períodos na família e comunidade escolar, com projetos interdisciplinares, dando retorno para a escola, estes sendo validados como dia letivo. Aprende-se com a prática muito mais que com a teoria, esta é apenas a forma de desenvolver os conteúdos.

A alternância é uma ação político-pedagógica que envolve toda a comunidade escolar, bem como SEC, professores, pais e alunos de uma escola do campo, onde o aluno reflete sobre os conteúdos estudados aliando teoria à prática educativa.

Percebe-se nos relatos que a maioria dos entrevistados estão descontentes com o calendário escolar, mas não têm sugestões para melhorias e mudanças. A secretária adjunta da SEC também acredita que deve ser modificado, mas ainda não tem uma resposta, uma solução para tal situação. Ela argumenta que está em estudos, juntamente com sua equipe de trabalho para que seja implantado um calendário rural alternativo para o município de Dom Pedrito.

Nas respostas que obtive dos entrevistados, a resposta mais significativa foi de uma professora atuante numa escola do campo, que sugeriu a pedagogia da alternância. Tal sugestão refere-se que os alunos terão um período em sala de aula nos dias secos e outro período desenvolvido na família e na comunidade em que o mesmo esteja inserido, nos dias chuvosos, estudos através de projetos, desde que, estas práticas sejam validadas como dias letivos.

É importante que o calendário seja em regime de alternância para as escolas do campo, pois envolveria a família e a comunidade à escola, tornando-se peças integrantes no processo ensino-aprendizagem dos estudantes.

Estes projetos podem ser desenvolvidos para todo o município, através do comprometimento da SEC, em realizar feiras municipais, como por exemplo, de ciências, envolvendo as escolas do campo, onde mostrariam seus trabalhos escolares desenvolvidos, visando a valorização dos sujeitos do campo.

Estas feiras ofertadas ao público, sendo apresentados em lugar amplo, como um espaço na praça municipal, ofertando uma mateada pelo governo do município, sendo que isso traria a população para prestigiar os trabalhos. É de extrema importância lutar por uma educação de qualidade voltada aos interesses dos sujeitos do campo, buscando sempre valorizá-los.

Este projeto serviu como experiência para minha vivência escolar, pois permitiu pesquisar o que até então era aceito sem nenhum questionamento, como professora atuante no campo.

O calendário escolar é imposto a todas as professoras do meio rural devendo ser desenvolvido de acordo com as possibilidades para recuperar as aulas perdidas pelos dias chuvosos, muitas vezes com aulas integrais.

Também como aprendizado, consta-se que não devemos aceitar tudo que nos é imposto, que deve ser questionado, pois a realidade do campo é diferente do meio urbano, pois no campo há fatores que influenciam no cumprimento dos dias letivos, já que no meio urbano isto não acontece.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou propor um calendário rural, bem como a intencionalidade de haver um específico para as escolas do campo, em especial as nucleadas, visto que é o mesmo do meio urbano.

Sabe-se que, com sua implantação trará benefícios para os estudantes matriculados nas escolas do campo, em especial as nucleadas, pois atenderá as necessidades dos mesmos.

Os principais objetivos foram investigar a SEC, professoras atuantes no meio rural e pais de alunos matriculados nas mesmas.

Através dessa investigação, foi possível verificar que é viável um calendário específico para as escolas do campo, visto que pelas palavras da secretária, há necessidade e é possível sua implantação, uma das sugestões foi aulas em dias alternados, sendo, dois dias de 8 horas e um de 4 horas, também embasei-me em estudos bibliográficos com autores que falam sobre esta temática, em especial a pedagogia da alternância.

Sabe-se que não é fácil, demanda de uma série de dificuldades para sua elaboração, necessita de muito estudo, conversas, pesquisas e análises feitas até mesmo em outros municípios para verificar a viabilidade para o município de Dom Pedrito.

Sendo que, pela sua localização territorial, o município possui um solo que quando há chuvas, as estradas ficam intrafegáveis, causando assim a falta de aulas, e estas devendo ser recuperadas, pois são fiscalizadas pelo Ministério Público a cada final de ano letivo.

Foi constatado que a SEC está em estudos para a elaboração deste calendário, visto que há necessidade de cumprimento dos dias letivos com qualidade, respeitando as peculiaridades do município. Para existir uma identidade do cidadão do campo é necessário que haja mudanças educacionais e comportamentais, como por exemplo, a pedagogia da alternância.

Esta pedagogia é um dos caminhos para que ocorra um ensino de qualidade, visto que, intercala períodos de sala de aula e períodos na família e comunidade envolvida com o processo ensino-aprendizagem.

O ensino é focado no conhecimento dos estudantes, considerando suas experiências concretas, isto trás para eles uma significação, ou seja, com temas que levam para casa, projetos que devem ser desenvolvidos pelos estudantes, é uma sequência das aulas presenciais, sendo validados como dias letivos.

É um caminho para estabelecer saberes populares e científicos de maneira contextualizada, sendo assim os estudantes apreciam estar na escola e queiram permanecer ali. É necessário mudar a visão do que os sujeitos do campo são pessoas atrasadas, pois sei que trazem saberes significativos, bem como uma cultura rica baseada em suas origens.

A partir dessas ideias de mudanças, que poderá haver um calendário específico para as escolas do campo é preciso lutar para que isso aconteça.

A pedagogia da alternância, que pensa o desenvolvimento e o aprendizado dos estudantes levando em conta os aspectos da diversidade e especificidades do campo é umas das alternativas para as escolas rurais de Dom Pedrito.

Um calendário com aulas presenciais em dias secos e em dias chuvosos, os estudantes, através de projetos, levariam atividades para realizarem na família ou comunidade, com retorno para a escola, em atividades práticas, como verificar o trabalho de seus pais, que a maioria trabalha em lavouras, com perguntas: Como plantam o arroz ou soja? O que é necessário para o plantio? Qual o tempo de amadurecimento? E outros questionamentos. Fazendo um relatório para o professor e sendo discutido em sala de aula, sendo avaliada essa ação na escola, pois pensando por esse lado, haverá interação entre a escola, pais e comunidade.

Outro aspecto seria de suma importância, começar as aulas na segunda quinzena de fevereiro e férias de inverno todo o mês de julho, pois os pais tirariam suas férias com seus filhos, pois à maioria trabalham nas lavouras de soja e arroz e nesse período acontecem as férias dos mesmos.

Levando em consideração, que as aulas teriam sequência não precisando ser recuperadas, terminariam quando fechariam os 200 dias letivos.

Sendo assim o calendário seria apropriado e atenderia as necessidades da comunidade, não havendo dificuldades para seu cumprimento.

Haverá essa mudança, pois vejo uma luz, com essa administração, pois pelas conversas que tive, estão pelo menos tentando viabilizar um calendário

específico para o campo, o que deixa-me muito feliz, pois contribuirá para aprendizagens significativas e contínuas, desenvolvidas na comunidade escolar.

De um modo geral, apesar das contradições encontradas pelos sujeitos em que houve as entrevistas, vê-se na maioria a preocupação em possuir um calendário específico para o campo, visto que, almejam uma qualidade do ensino dos seus filhos, pautado nos interesses de toda clientela escolar do campo.

Espera-se que esse projeto tenha contribuído ou pelo menos despertou-se o interesse em elaborar um calendário escolar específico para o campo, sabendo que há possibilidades para que este seja implantado em nosso município e que trará benefícios para toda a sociedade, visto que, com essa possibilidade, haverá avanços na educação.

Não é fácil, mas viável, desde que haja interesse do público envolvido, ou seja, secretarias de educação, professores e pais ou responsáveis de alunos matriculados no campo.

Diante desse resultado, continua-se trabalhando para que este calendário específico para o campo seja implantado, de uma forma a permitir um ensino-aprendizagem realmente significativo e continuado.

Levando em conta que, à partir deste estudo poderá haver novas oportunidades para que se implante um currículo adequado ao campo de acordo com suas necessidades e aspirações.

Tornar o campo, como um lugar de progresso, tanto para os sujeitos residentes nessas localidades, como para todo o município de abrangência.

REFERENCIAS

AFONSO, S. A. da C. **Educação do Campo: Políticas Públicas e Práticas Pedagógicas**. 2014. Monografia (Especialização em Educação do Campo) - Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná. Universidade Federal do Paraná. Nova Tebas. 2014.

ARAUJO, S. R. M. A alternância na formação do jovem do campo: O caso da escola Família Agrícola de Angical (BA). In: OLIVEIRA, A.; NASCIMENTO, F. de. **Educação na Alternância: Cidadania, e inclusão social no meio rural brasileiro**. (orgs). Goiânia: Ed. Da UCG, 2007, 162 p.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n.2.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril 2002. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Resolução CNE/CEB 2, de 28 de abril 2008. Brasília, 2008.

_____. Decreto n. 7.352, de 4 de novembro 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Brasília, 2010.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

CALDART, R. S. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M; C; JESUS, S. M. **Por uma Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

COSTA, L. de.; PERIPOLLI, O, J. Educação e infância no campo: um olhar sobre os diferentes espaços de aprendizagem. **Revista Eventos Pedagógicos**, v.3, n.3, p. 159-169, ago/dez, 2012. Disponível em: < <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/943/689>>, acesso em 31 Maio 2018.

FERNANDES, B. *Met al.* Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004, p.133-145.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

KOLLING, E. J.; NÉRY, I. J.; MOLINA, M. C. (Orgs). **Por uma educação básica do campo**. 3. ed. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

MARTINS, F. J. Organização do trabalho pedagógico e Educação do Campo. **Educação**, Santa Maria, v. 33, n. 1, p. 93-106, jan./abr. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/21/pdf>>, acesso em 28 Maio 2018.

MENEZES, E. T. de.; SANTOS, T. H. dos. Verbete calendário escolar. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/calendario-escolar/>>. Acesso em: 28 Maio 2018.

MST. **Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro**. Brasília: UnB, 1997.

RAMOS, M. N.; MOREIRA, T. M.; SANTOS, C. A. dos. **Referências para uma política nacional de educação do campo**: caderno de subsídios. Brasília: Secretaria da Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

SANTOS, C. A. **Educação do campo e políticas públicas no Brasil**: o protagonismo dos movimentos sociais do campo na instituição de políticas públicas e a Licenciatura em Educação do Campo na UNB. Brasília: Líber Livro, 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, R. D. O “Estado ampliado” e a escola. In: SOARES, R. D. **A concepção gramsciana do estado e o debate sobre a escola**. Ijuí:Unijuí, 2000, p. 189-208.

SOUZA, M. A. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

ANEXOS

Anexo A – Entrevista com a vice-secretária da Educação

CALENDÁRIO ESCOLAR DAS ESCOLAS DO CAMPO **SEC – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - 2018** **MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO**

Como é feito o calendário escolar rural?

O Calendário Rural do Município de Dom Pedrito, atualmente é elaborado pela SEC, seguindo o que a legislação prevê, cumprindo 200 dias letivos. O Calendário base que é apresentado para as Escolas Rurais, é elaborado com a mesma estrutura das Escolas Urbanas. A Escola recebe o Calendário e pode realizar adaptações conforme a sua realidade, desde que garanta o cumprimento de no mínimo 200 dias letivos, após as adequações deverá ser aprovado em reunião geral com a comunidade escolar, e encaminhado à SEC. As Escolas Rurais deverão, prever a recuperação de aulas para os dias de chuva.

Por quem é elaborado?

É elaborado pela SEC, porém cada escola tem autonomia para adequar os dias letivos conforme sua realidade.

Achas que ele deveria ser mudado? Por quê?

Sim, da forma como é elaborado, além de não atender a realidade do campo, em virtude das condições climáticas e estradas, não atende também, como deveria, a população rural, suas necessidades e peculiaridades, pois trazem a realidade urbana para o campo.

De acordo com as peculiaridades do campo como deveria ser o calendário escolar para o campo?

A alternativa encontrada para melhor atender as necessidades das Escolas Rurais do nosso município, e que é prevista pela legislação, já é usada por outros municípios da nossa região. Ela segue a Lei de Diretrizes e Bases de 1996; PRONERA – 1998; Diretrizes Operacionais Escolas do Campo – 2002; SECADI – 2004; Diretrizes Complementares Educação do Campo – 2008; Diretrizes Curriculares Educação Básica – 2010 e Política de Educação do Campo e PRONERA – 2010, além das orientações e aprovação do CEE.

A alternativa na qual pensamos, está sendo estudada, analisada e refletida para sabermos sobre as possibilidades de implantação no município. Esta possibilidade apresenta uma proposta pedagógica que respeita a realidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. A proposta deverá ter um calendário específico para o campo, elaborado para o campo, onde haja flexibilidade, mas que garanta nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, aspectos essenciais como: conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos do Campo; organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar, considerando as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas e por último adequação à natureza do trabalho no Campo.

É fundamental que a identidade do campo não seja desrespeitada com as influências da zona urbana, mas que esta sirva para ampliar o conhecimento e as experiências existentes nas comunidades rurais. As práticas pedagógicas pautadas em Projetos para Campo é o que garante que nossos alunos e suas famílias sejam fortalecidas e suas habilidades sejam potencializadas. Toda essa estrutura de prática pedagógica deverá ser organizada considerando o cumprimento de 800 horas para fechar o ano letivo, cada escola terá um Calendário adaptado a sua realidade, sendo importante ressaltar que durante a semana tanto alunos quanto professores serão poupados de percorrer diariamente a quilometragem extensa nas estradas precárias, pois as horas serão distribuídas em dias alternados, dois dias com 8hs e um dia com 4hs para não ultrapassar a carga horária semanal de 22 hs dos professores.

Será que é viável um calendário para o campo?

Com certeza é viável, necessário e possível de ser implantado e estruturado, um Calendário específico para o Campo, desde que estejamos abertos para organizar rotinas e práticas pedagógicas de acordo com a estrutura pretendida. Para atingir a qualidade desejada na educação do campo consideramos também fundamental, que os professores sejam exclusivos do Campo e sejam valorizados para desempenhar essa função.

Vale ressaltar que todo esse estudo pautado em várias discussões, passará pelos segmentos que estão direta ou indiretamente ligados ao Campo, antes de ser encaminhado para aprovação do CEE.